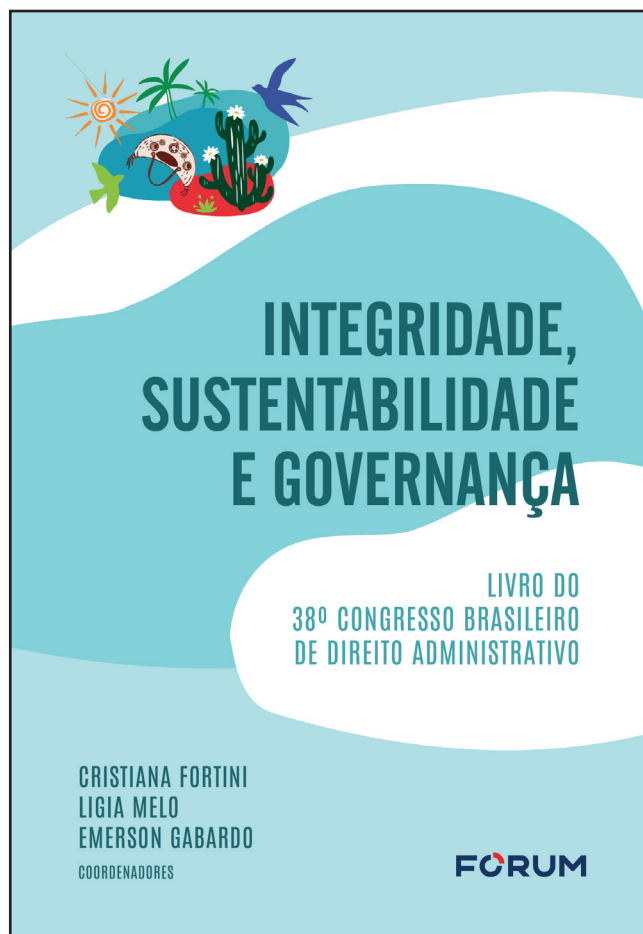




CRISTIANA FORTINI
LIGIA MELO DE CASIMIRO
EMERSON GABARDO
Coordenadores

**INTEGRIDADE, SUSTENTABILIDADE E
GOVERNANÇA**
**Livro do 38º Congresso Brasileiro
de Direito Administrativo**

área específica da obra
Direito Administrativo.

áreas afins do livro
Direito Constitucional
Direito Público
Direito Municipal
Teoria do Estado

palavras-chave

Direito Administrativo; Administração Pública; Congresso Brasileiro de Direito Administrativo; Governança; Instituto Brasileiro de Direito Administrativo; Integridade; IBDA; Sustentabilidade.

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm

CÓDIGO: 4383



I61 Integridade, sustentabilidade e governança: livro do 38º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo / Cristiana Fortini, Ligia Melo, Emerson Gabardo (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2025.

694 p. 17x24cm

ISBN impresso 978-85-450-0925-2

ISBN digital 978-85-450-0931-3

1. Direito administrativo. 2. Administração Pública. 3. Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 4. Governança. 5. Instituto Brasileiro de Direito Administrativo – IBDA. 6. Integridade. 7. Sustentabilidade. I. Fortini, Cristiana. II. Melo, Ligia. III. Gabardo, Emerson. IV. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FORTINI, Cristiana; MELO, Ligia; GABARDO, Emerson (coord.). *Integridade, sustentabilidade e governança*: livro do 38º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 694 p. ISBN 978-85-450-0925-2.

Cristiana Fortini

Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Professora de Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e das Faculdades Milton Campos. Doutora em Direito pela UFMG.

Ligia Melo de Casimiro

Professora Adjunta de Direito Administrativo e Legislação Urbano-ambiental da Universidade Federal do Ceará. Vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Presidente do Instituto Cearense de Direito Administrativo. Doutora em Direito pela PUC-PR.

Emerson Gabardo

Professor Titular de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor Associado de Direito Administrativo da Universidade Federal do Paraná. Pós-doutorado pela Fordham University School of Law e pela University of California – UCI.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Prof. Dra. Cristiana Fortini.....	23
-----------------------------------	----

PARTE I TEXTOS DOS PROFESSORES PARTICIPANTES

O CONCURSO PÚBLICO NO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO: PANORAMA HISTÓRICO

FLORIVALDO DUTRA DE ARAÚJO	27
1 Introdução	27
2 O concurso público antes da Constituição de 1988	28
2.1 Constituição imperial	28
2.2 Primeira constituição republicana	28
2.3 Constituição de 1934	29
2.4 Constituição do Estado Novo.....	30
2.5 Constituição de 1946	32
2.6 Constituição de 1967 e EC 1/1969.....	33
2.7 A adoção do regime trabalhista como fator de enfraquecimento do concurso público	34
3 O concurso público na vigência da Constituição de 1988	36
4 Conclusão	39
Referências.....	39

AS RECENTES DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL A RESPEITO DAS EMENDAS PARLAMENTARES E OS SEUS IMPACTOS NO TERCEIRO SETOR

PEDRO HENRIQUE MAGALHÃES AZEVEDO	41
1 Introdução	41
2 Evolução das regras sobre emendas parlamentares	42
2.1 Breve contexto histórico	42
2.2 Regras constitucionais e legais aplicáveis às emendas	43
3 Fatos e dados a respeito das emendas parlamentares	44
3.1 Dados gerais.....	44
3.2 Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.....	46
4 Atuação do Supremo Tribunal Federal na execução das emendas parlamentares	49
5 O impacto das decisões do STF no Terceiro Setor	51
6 Considerações finais	52
Referências.....	53

A PRESCRIÇÃO NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A ADI 7.236

ANA MARIA BARATA	55
1 Introdução	55
2 A trajetória da prescrição na lei de improbidade administrativa	57
2.1 A Prescrição na redação original da Lei n. 8.429/1992.....	57
2.2 A Prescrição na Lei n. 14.230/2021	58
2.3 A Prescrição Geral para o Ajuizamento da Ação de Improbidade Administrativa-AIA	59
2.4 A Suspensão da Prescrição	59
2.5 A Prescrição Intercorrente	61
2.6 A Irretroatividade do Novo Regime Prescricional no Tema 1.999.....	62
3 A Prescrição no voto da ADI 7.236	64
4 Conclusão	67
Referências.....	67

REGULAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS NO BRASIL: CRIAR OU NÃO CRIAR UM ENTE REGULADOR? EIS NOVAMENTE A QUESTÃO

DAIESSE QUÊNIA JAALA SANTOS BOMFIM, VALÉRIA DE SOUZA ROSA	71
1 Introdução	71
2 As plataformas digitais	72
3 Os desafios decorrentes do crescimento das plataformas digitais.....	74
4 Brasil: criar um ente regulador específico é a solução?	77

5	Conclusões.....	81
	Referências.....	82

COMPREENDENDO O DIREITO ADMINISTRATIVO: ANÁLISE DA TEORIA DAS LUZES E DA DEMOCRACIA ADMINISTRATIVA

FLÁVIO GARCIA CABRAL.....		85
1	Introdução	85
2	O direito administrativo e suas finalidades	86
3	Teorias das luzes.....	88
4	Democracia administrativa	90
5	Considerações finais	92
	Referências.....	93

O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM FACE DA ELIMINAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DE REGIME ÚNICO: O ARTIGO 19, *CAPUT*, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988

MÁRCIO CAMMAROSANO		95
1	Introdução	95
2	Regime(s) jurídico(s) dos servidores públicos – Digressão histórico-constitucional dos últimos 50 anos e os subterfúgios para burlar à exigência de concurso público.....	97
3	A celeuma quanto à natureza do regime jurídico dos servidores públicos – artigo 39, <i>caput</i>	99
4	Distinção: atividades exclusivas, ou não, de Estado	102
5	Conclusões.....	104
	Referências.....	106

PERSPECTIVAS DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO.....		107
1	Introdução	107
2	Moral e ética	108
3	Moral e Direito.....	109
4	Moral e direito positivo	110
5	Moralidade administrativa	111
6	Moralidade pretérita	112
7	Moralidade atual	113
8	Moralidade no futuro	115
9	Conclusões.....	117
	Referências	118

POESIA NA BUROCRACIA: A TRAJETÓRIA DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

FÁBIO LINS DE LESSA CARVALHO.....		119
1	Um poeta no serviço público.....	119
2	Na Secretaria de Educação de Minas Gerais – 1928.....	122
3	No Minas Gerais (Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais) – 1929; 1949/1953	124
4	Na Secretaria de Interior de Minas Gerais – 1930.....	126
5	No Governo do Estado de Minas Gerais – 1933	127
6	No Ministério da Educação e Saúde Pública – 1934/1945	128
7	No Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 1945/1962	135
	Referências.....	139

CINCO DÉCADAS DA CARTA DE EMBU: DA PROMOÇÃO À FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE AOS POSSÍVEIS DESVIRTUAMENTOS

HARLEY DINIZ SOUSA DE CARVALHO		141
1	Introdução	141
2	A Carta de Embu: origem e finalidade.....	142
2	A função social da propriedade imobiliária urbana na ordem jurídica pós-1988: reflexos da Carta de Embu	146
3	Solo criado na atualidade: possíveis desvirtuamentos.....	149
4	Considerações finais	151
	Referências.....	152

ESTADO INTELIGENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UMA IA BETHÂNIA

JOSÉ SÉRGIO DA SILVA CRISTÓVAM, THANDERSON PEREIRA DE SOUSA.....		155
1	Introdução	155
2	Estado “acima da manada”: releitura da ação pública para uma IA adequada e sustentável	157
3	Estratégias de organização de meios disponíveis ao Estado: políticas públicas para uma IA Bethânia.....	160
4	Considerações finais	166
	Referências.....	167

O DIREITO ADMINISTRATIVO DO SÉCULO XXI

MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO	169
1 Estrutura básica e transformações do direito administrativo.....	169
2 O direito administrativo entre o direito privado e o constitucional.....	171
3 Inovações que afetaram o direito administrativo no século XXI.....	171
4 Reflexos da LINDB sobre o direito administrativo	172
5 Reflexos do uso da Inteligência Artificial sobre o direito administrativo.....	173
Referências.....	178

LIMITES DAS MUTAÇÕES CONTRATUAIS NOS INSTRUMENTOS DE PARCERIA COM O TERCEIRO SETOR

RICARDO AGRA VILLARIM, MARIA TEREZA FONSECA DIAS	179
1 Introdução	179
2 Notas sobre o regime jurídico dos instrumentos de parceria com o Terceiro Setor.....	181
2.1 Natureza jurídica das parcerias com o terceiro setor.....	181
2.2 Termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação	184
2.3 Contrato de gestão	186
2.4 Termo de parceria.....	188
3 Mutabilidade das parcerias com o Terceiro Setor	190
3.1 Definição de mutabilidade.....	190
3.2 Espécies de alterações.....	191
4 Considerações finais	194
Referências.....	196

PROCESSO ADMINISTRATIVO NEGOCIAL: O PROCESSO COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA DE DIREITOS NA NEGOCIAÇÃO DE ACORDOS ADMINISTRATIVOS

LUZARDO FARIA	201
1 Introdução	201
2 O processo administrativo como instrumento de garantia de direitos.....	202
3 Processo administrativo negocial	204
4 O art. 26 da LINDB, o Decreto n. 9.830/2019 e o Projeto de Reforma da Lei n. 9.784/1999: o processo administrativo negocial no Direito brasileiro.....	206
5 O respeito aos precedentes como fator fundamental dos processos administrativos negociais.....	209
6 Conclusões.....	212
Referências.....	212

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM DECORRÊNCIA DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS À LUZ DA LGPD

DANIEL FERREIRA, JOSÉ ANTONIO ASSAD E FARIA JÚNIOR.....	215
1 Introdução	215
2 A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Âmbito da Administração Pública.....	216
3 Responsabilidade pelo Tratamento de Dados Pessoais no Âmbito da Administração Pública	220
3.1 Responsabilidade civil	221
3.2 Responsabilidade Administrativa.....	223
4 Conclusões.....	226
Referências.....	227

O MOTIVO DA SANÇÃO ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR E SEU CONTROLE JURISDICIONAL

VLADIMIR DA ROCHA FRANÇA	229
1 Introdução	229
2 Sanção administrativa disciplinar como ato jurídico.....	230
3 O motivo da sanção administrativa disciplinar.....	233
4 Controle dos motivos da sanção administrativa disciplinar pelo Poder Judiciário	237
5 Considerações finais	238
Referências.....	239

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ADMINISTRATIVA E CONVENCIONALIDADE

FELIPE KLEIN GUSSOLI.....	241
1 Introdução	241
2 A vinculação administrativa à legalidade estrita no Estado Legislativo superada pela vinculação aos tratados de direitos humanos no Estado Convencional	242
3 Aplicação direta de normas de tratados e controle de convencionalidade pela função administrativa	246
4 Conclusão	250
Referências.....	252

OPORTUNIDADE DE NEGÓCIOS E EMPREENDEDORISMO ESTATAL

CAROLINA REIS JATOBÁ	255
1 Introdução	255
2 A empresa estatal como instrumento de atuação desenvolvimentista da Ordem Econômica Constitucional.....	256
3 Espécies de inaplicabilidade de procedimento licitatório.....	258
3.1 Atividade finalística: execução direta ou contratação de atividades de suporte/apoio.....	259
3.2 Parcerias por oportunidades de negócios.....	261
4 A possibilidade de previsão, via regulamentação interna, de critérios para definição das hipóteses fáticas de oportunidades de negócio	264
5 Conclusão	267
Referências.....	269

A EFETIVIDADE DA LEI ANTICORRUPÇÃO BRASILEIRA SOB A PERSPECTIVA DOS ACORDOS DE LENIÊNCIA: FERRAMENTA DE ENFRENTAMENTO DOS ILÍCITOS GOVERNATIVOS

ROGÉRIO GESTA LEAL	271
1 Notas introdutórias	271
2 Contornos teóricos e pragmáticos do AL no sistema jurídico brasileiro e na LAC.....	272
3 Cláusulas explícitas e implícitas do AL e a tutela dos bens públicos indisponíveis da LAC	276
4 Notas conclusivas	283
Referências.....	284

SISTEMA DE INTEGRIDADE PÚBLICA NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: O INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO EM GRANDES DEBATES DOUTRINÁRIOS

JOÃO MARCELO REGO MAGALHÃES	287
1 Considerações iniciais.....	287
2 Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 (nova lei de licitações e contratos): a disciplina geral da integridade pública em licitações	288
2.1 Princípios.....	288
2.2 Aplicação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).....	289
2.3 Integridade de conduta para agentes públicos	291
2.4 Integridade nos procedimentos de instrução, habilitação e julgamento	293
2.5 Controles social, externo e interno.....	296
3 A jornada do instituto brasileiro de direito administrativo no contexto da integridade em licitações.....	297
Referências.....	298

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: REQUISITOS PARA A INCLUSÃO DE EXECUÇÃO DE OBRAS, FORNECIMENTO OU INSTALAÇÃO DE BENS COMO OBJETO DO CONTRATO

THIAGO MARRARA, DAVI CORREA RENNÓ, KELLY CRISTINE CANEDO ARAÚJO	301
1 Introdução: implicações da definição do objeto contratual	301
2 Interpretação do art. 2º, §2º, da Lei das PPPs.....	302
3 A execução de obra e o fornecimento e instalação de bens associados	303
4 O requisito da pertinência entre as tarefas que formam o objeto contratual	305
5 O requisito da eficiência da ampliação do objeto contratual	306
6 Conclusão	311
Referências.....	311

PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE NO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO

RICARDO MARCONDES MARTINS	313
1 Solidariedade social	313
2 Solidariedade jurídica.....	314
3 Seguridade social.....	316
4 Serviços públicos	318
Referências.....	319

A CONSENSUALIDADE NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: BENEFÍCIOS TRAZIDOS PELA LEI N. 14.133/2021, JURIMETRIA E ABORDAGENS TECNOLÓGICAS

ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO, MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES	321
1 Introdução	321
2 Meios consensuais de solução de conflitos aplicados aos contratos administrativos e benefícios que geram para a administração pública	324
2.1 Consensualidade na administração pública em geral e nas contratações públicas	326
3 Uso das novas abordagens tecnológicas para a promoção dos meios consensuais de resolução de controvérsias na nova lei de licitações.....	329
3.1 Jurimetria.....	329
3.2 Inteligência Artificial (IA).....	330
3.3 Resolução de Disputas <i>On Line</i> (ODRs).....	331

4	Conclusões.....	333
	Referências.....	333

ARRANJOS INSTITUCIONAIS E SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE: UM DEBATE NECESSÁRIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULAÇÃO

JOSÉ OSÓRIO DO NASCIMENTO NETO	335
---	------------

1	Introdução	335
2	Arranjos institucionais no estado constitucional.....	335
3	Inovações e serviço público de qualidade	337
4	Conexões entre regulação, políticas públicas e serviço público de qualidade como debate necessário	339
	Referências.....	340

EFEITO GANGORRA E DESEQUILÍBRIO DO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

IRENE PATRÍCIA NOHARA	343
------------------------------------	------------

1	Introdução	343
2	Passado do controle: influência francesa, transformações históricas e reviravoltas do controle no Brasil.....	344
3	Controle no presente: paulatina influência norte-americana	350
4	Futuro do controle: desafios de enfrentamento do neoliberalismo tecno-policial.....	353
5	Conclusão	354
	Referências.....	356

O STF, O ERRO GROSSEIRO E A CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 28 DA LINDB: ANÁLISE DO JULGAMENTO DAS ADIS 6421 E 6428

RAFAEL RAMOS.....	357
--------------------------	------------

1	Considerações iniciais.....	357
2	Texto e contexto da Lei n. 13.655/2018.....	359
3	A constitucionalidade da limitação da responsabilidade do gestor público.....	360
4	Responsabilização e proporcionalidade: da proibição de excesso à proibição de proteção insuficiente.....	362
5	A LINDB e os órgãos de controle externo	363
6	Considerações finais	364
	Referências.....	365

AS CARACTERÍSTICAS E O ITER PROCEDIMENTAL DO DIÁLOGO COMPETITIVO NO BRASIL: ANÁLISE DE CONTROVÉRSIAS EM REGULAMENTOS FEDERATIVOS

LUCIANO ELIAS REIS.....	367
--------------------------------	------------

1	Introdução	367
2	A modalidade diálogo competitivo e suas particularidades	368
3	Iter procedimental	370
4	Breve conclusão	374
	Referências.....	374

OS ENUNCIADOS DO IBDA ACERCA DAS MUDANÇAS DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: COMO FOI A CONSTRUÇÃO DOS ENUNCIADOS

JUSCIMAR PINTO RIBEIRO	375
-------------------------------------	------------

1	Introdução	375
2	Etapas das propostas de Enunciados do IBDA.....	376
3	Conclusões finais.....	380
	Referências.....	381

DO FORMALISMO AOS ALGORITMOS: TRIBUNAIS DE CONTAS E O DESAFIO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NOS CINQUENTA ANOS DO IBDA

RICARDO SCHNEIDER RODRIGUES.....	383
---	------------

1	Introdução	383
2	Os Tribunais de Contas do passado: o formalismo exacerbado	384
3	Os Tribunais de Contas do presente: a busca por relevância via eficiência	387
4	Os Tribunais de Contas do futuro: a imersão nas novas tecnologias	389
4.1	Os riscos do novo mundo digital para o controle externo.....	390
4.1.1	Falta de transparência e a questão da “caixa-preta” da IA	390
4.1.2	Discriminação algorítmica e viés de dados	391
4.1.3	Uso indevido de dados e violação da privacidade.....	391
4.1.4	Substituição indevida da decisão humana	392
4.1.5	Riscos de cibersegurança e manipulação de dados.....	393
4.1.6	Dependência excessiva de tecnologias privadas	393
4.1.7	Resistência cultural	394
4.2	Em direção a um “controle de vigilância”?	394

4.3	Considerações para um controle tecnológico responsável	395
4.4	Rumo a um controle externo expandido pela tecnologia.....	397
5	Conclusões	397
	Referências.....	398

RESSARCIMENTO DOS ESTUDOS NOS PROCEDIMENTOS DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – PMIS: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA NÃO ASSINATURA DO CONTRATO APÓS ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

ANDRÉ SADDY, KETLYN GONÇALVES FERNANDES 401

1	Introdução	401
2	Ressarcimento dos estudos nos procedimentos de manifestação de interesse – PMIs.....	403
2.1	Modelo majoritário: ressarcimento pelo vencedor da licitante independentemente da assinatura do contrato	404
2.2	Modelo minoritário: ressarcimento pelo vencedor da licitante apenas se houver a assinatura do contrato	409
3	Relação jurídica pré-contratual e o direito ao ressarcimento em caso de desistência e/ou inadimplência do licitante vencedor	410
4	Pretensão reintegradora do autorizado perante o licitante vencedor e hipótese de responsabilidade subsidiária do Poder Público	411
5	Conclusões.....	413
	Referências.....	414

GOVERNO DIGITAL, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PROCESSO ADMINISTRATIVO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO DE LEI N. 2.481/2022

LUCAS BOSSONI SAIKALI, NICHOLAS ANDREY MONTEIRO WATZKO..... 415

1	Introdução	415
2	A Lei do Governo Digital como marco legislativo de fomento à inovação no setor público.....	416
3	O uso da Inteligência Artificial pela Administração Pública e o Projeto de Lei n. 2.481/2022	417
4	Entre robôs e salvaguardas: por uma aplicação planejada e experimental da inteligência artificial.....	421
5	Considerações finais	423
	Referências.....	423

LICITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EQUIDADE TERRITORIAL: A FUNÇÃO ESTRATÉGICA DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO E DA LEI N. 14.133/2021

ODILON DOS SANTOS SILVA, LUASSES GONÇALVES DOS SANTOS, FERNANDA CORDEIRO DE OLIVEIRA..... 427

1	Introdução	428
2	Promoção do desenvolvimento nacional e diminuição das desigualdades regionais: a oportunidade de realização local por meio das contratações públicas.....	429
3	Licitação nos Municípios como Instrumento de Desenvolvimento Sustentável e Redução das Desigualdades Regionais	432
4	Conclusão	436
	Referências.....	437

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA INTERNET DAS COISAS PARA ALCANÇAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ADRIANA DA COSTA RICARDO SCHIER, GIULIA DE ROSSI ANDRADE 439

1	Introdução	440
2	Entendendo a noção de Desenvolvimento Sustentável.....	441
3	A Internet das Coisas (IdC) e suas Oportunidades nos Países em Desenvolvimento	443
3.1	Saúde, água e saneamento	444
3.2	Agricultura e meios de subsistência.....	445
3.3	Educação.....	446
3.4	Meio ambiente e conservação.....	447
3.5	Resiliência, Infraestrutura e Energia	448
4	Considerações finais: os desafios da IdC nos países em desenvolvimento	449
	Referências	450

A PRESENÇA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO JUDICIAL E O RISCO DO JUÍZO VIRTUAL

GERALDO SPAGNO GUIMARÃES 453

1	Introdução: causas e surgimento do tema	453
2	O futuro dos processos judiciais	454
3	Percalços e ajustes práticos da evolução tecnológica – caso prático.....	455
4	A zona fronteiriça de razoabilidade entre o juízo natural e o virtual como princípio.....	456
5	Como conciliar o juízo natural e o virtual	458
6	Conclusões.....	459
	Referências.....	461

A ATUAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA E DO CONTROLE INTERNO NA LEI N. 14.133/2021

CHRISTIANNE DE CARVALHO STROPPA.....	463
1 Introdução	463
2 O modelo das três linhas e sua incorporação pela Lei n. 14.133/2021	464
3 Gestão de riscos e o papel das funções de apoio institucional na segunda linha de defesa	467
4 Pontos de convergência entre a assessoria jurídica e o controle interno na Lei n. 14.133/2021	468
5 Desafios.....	471
6 Conclusão	471
Referências.....	471

A POSSIBILIDADE DE READAPTAÇÃO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO: BURLA AO PRINCÍPIO DO CONCURSO PÚBLICO?

VANESSA DE FÁTIMA TERRADE, ERICKSON RAIMUNDO SANTOS DE MORAIS.....	473
1 Introdução	473
2 Da Investidura na Administração Pública.....	475
3 A Readaptação	483
Conclusão	499
Referências.....	500

A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS: DIÁLOGOS ENTRE A LGPD E A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

JOÃO PEDRO TEIXEIRA TRANSMONTANO, RODRIGO PIRONTI	503
1 Introdução	503
2 O tratamento de dados pessoais pela Administração Pública e a LGPD.....	504
3 A responsabilização e as sanções administrativas na LGPD e o Direito Administrativo Sancionador	508
4 Os diálogos entre a Lei de Improbidade Administrativa e a LGPD.....	512
5 Conclusão	515
Referências.....	516

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS: AVANÇOS DO GOVERNO DIGITAL BRASILEIRO

VIVIAN CRISTINA LIMA LOPEZ VALLE, JÉSSICA GARCIA DA SILVA MACIEL.....	519
1 Introdução	519
2 Desafios e benefícios da transformação digital dos serviços públicos	520
3 O governo digital brasileiro.....	523
4 Considerações finais	533
Referências	534

OS DISPUTE BOARDS COMO MECANISMO DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NAS CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS

RAFAEL WALLBACH SCHWIND	537
1 Introdução	537
2 Considerações iniciais a respeito de soluções consensuais de conflitos com a Administração Pública.....	538
2.1 A superação de uma visão equivocada.....	538
2.2 A não-necessariedade de intervenção jurisdicional.....	538
2.3 A necessária satisfação dos princípios da eficiência e celeridade	539
2.4 A Lei de Mediação (Lei n. 13.140) e a previsão de um capítulo específico	539
2.5 O art. 26 da LINDB.....	540
2.6 Os <i>dispute boards</i> como mecanismo de prevenção e resolução de litígios	540
2.7 O art. 151 da Lei n. 14.133	541
2.8 Ressalva quanto à qualificação dos <i>dispute boards</i> como meios “alternativos” de resolução de disputas	541
3 Os <i>dispute boards</i>	542
3.1 A ideia inicial de um <i>dispute board</i>	542
3.2 Os objetivos centrais de um <i>dispute board</i>	542
4 Breve histórico dos <i>dispute boards</i>	542
5 Vantagens dos <i>dispute boards</i>	543
6 A flexibilidade na definição do modo de funcionamento de um <i>dispute board</i>	544
7 Classificação dos <i>dispute boards</i>	544
7.1 Quanto ao momento de formação	544
7.2 Quanto ao grau de vinculação do ato expedido.....	544
7.3 Quanto ao número de membros	545
8 Casos de <i>dispute boards</i> em contratos administrativos no Brasil	545
9 A recepção das decisões dos <i>dispute boards</i> pelo Poder Judiciário	545
10 Expectativas quanto à adoção de <i>dispute boards</i> em contratos administrativos	546
Referências.....	546

PARTE II
TEXTOS DOS VENCEDORES DO CONCURSO DE ARTIGOS JURÍDICOS

A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO GOVERNO ELETRÔNICO E O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA
JOSÉ HENRIQUE KLEINA 551

1	Introdução	552
2	Surgimento e evolução do governo eletrônico.....	553
3	Governo eletrônico e políticas públicas: uma relação necessária.....	558
4	A eficiência como elemento intrínseco à implementação de políticas públicas no governo eletrônico	561
5	Considerações finais	563
	Referências.....	564

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA INICIATIVA PRIVADA (MIP): PERMISSÃO CONSTITUCIONAL E ADEQUAÇÃO À LEI N. 14.133/2021

MARIANA BUENO RESENDE 567

1	Introdução	568
2	Fundamentos constitucionais para utilização do procedimento de manifestação de interesse (PMI) e da manifestação de interesse da iniciativa privada (MIP)	570
3	Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada (MIP) no ordenamento jurídico brasileiro	572
4	<i>Unsolicited Proposals</i> no direito comparado e o modelo chileno das “iniciativas privadas”	576
5	Considerações finais	579
	Referências.....	580

ANÁLISE SOBRE A ADOÇÃO DO PRAGMATISMO JURÍDICO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

DAYANA ALVES GUIMARÃES..... 583

1	Introdução	584
2	A teoria do pragmatismo jurídico.....	585
3	A utilização de argumentos consequencialistas como fundamento decisório.....	589
4	Críticas à utilização de argumentos consequencialistas.....	595
5	Conclusão	597
	Referências.....	599

PARTE III
COMUNICADOS CIENTÍFICOS APRESENTADOS

METAVERSO NAS LICITAÇÕES

FLÁVIA DE SOUZA LOPES..... 605

Referências.....	606
------------------	-----

A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO GOVERNO ELETRÔNICO E O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

JOSÉ HENRIQUE KLEINA 607

Referências.....	608
------------------	-----

SMART CITY LAGUNA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL: A SUSTENTABILIDADE COMO PREMISSA PARA O DIREITO À CIDADE

SIDRACK RACK MORAES ALVES, ANAMARIA PEREIRA MORAIS VENTURA..... 609

Referências	610
-------------------	-----

PUBLICIDADE X SIGILO

ALANA VITÓRIA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE 611

Referências.....	612
------------------	-----

A LEI N. 14.133/2021 E OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS ATÍPICOS: A POSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA A AQUISIÇÃO DE CRIPTOATIVOS

DEIVER NEVES FERREIRA BARBOSA..... 613

Referências.....	614
------------------	-----

PARÂMETROS DE DEFERÊNCIA E CONTROLE ADMINISTRATIVO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS DO ESTADO SOCIAL DIGITAL

GUILHERME LUIZÃO MARQUES..... 615

Referências.....	616
------------------	-----

A NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE <i>WHISTLEBLOWING</i> EFETIVO	
MARIA LUÍSA CAMMAROTA DE ABREU.....	617
Referências.....	618
NEOCONSTITUCIONALISMO, DIREITO ADMINISTRATIVO DO SÉCULO XXI E GOVERNANÇA: O FORTALECIMENTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONTRABALANÇA DA REDUÇÃO DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
DOMILSON RABELO DA SILVA JÚNIOR.....	619
Referências.....	620
DIREITO ADMINISTRATIVO CONTRACOLONIAL E RAÇA: NOVA PERSPECTIVA HERMENÊUTICA PARA A PROMOÇÃO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS	
LUASSES GONÇALVES DOS SANTOS.....	621
Referências.....	622
ANÁLISE SOBRE A ADOÇÃO DO PRAGMATISMO JURÍDICO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	
DAYANA ALVES GUIMARÃES.....	623
Referências.....	623
A FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE	
IGOR AMARAL DA COSTA	625
Referências.....	626
A PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO SERVIÇO PÚBLICO	
GLAUBER DE BRITTES PEREIRA	627
Referências.....	628
PARQUE NACIONAL E GOVERNANÇA: BREVE ANÁLISE DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA TEIXEIRA	
JANE KETLEM BARBOZA FERREIRA	629
Referências.....	630
AS TRANSAÇÕES ADMINISTRATIVAS COMO INSTRUMENTOS DE AÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONSENSUAL	
SÁLVIA GOMES DE ALMEIDA	631
Referências.....	632
O INTERESSE PÚBLICO NAS ALTERAÇÕES QUALITATIVAS ALÉM DO LIMITE PREVISTO EM LEI	
DIEGO ANTUNES DA COSTA.....	633
Referências.....	634
A AUTORREGULAÇÃO PRIVADA COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	
FILIPE VENTURINI SIGNORELLI	635
Referências.....	636
AUDIÊNCIA PÚBLICA: A EFETIVIDADE DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE COMO FERRAMENTA DE CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	
ALFREDO MONTEIRO LINS DE ALBUQUERQUE.....	637
Referências.....	638
DIAGNÓSTICO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS EM GOIÂNIA	
NATHÁLIA SUZANA COSTA SILVA TOZETTO.....	639
Referências.....	640
A TENDÊNCIA DO CONTROLE CONSENSUAL E O TCAC DA ANS EM TEMPOS DE FINANCEIRIZAÇÃO DA SAÚDE	
MARIA THERESA DUARTE REIS.....	641
Referências.....	642

CONSENSUALIDADE NA RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO: UMA ANÁLISE PROPOSITIVA A PARTIR DO INSTITUTO DA RELICITAÇÃO MATHEUS ALVES MOREIRA DA SILVA Referências.....	643 644
AUTODECLARAÇÃO <i>VERSUS</i> HETEROIDENTIFICAÇÃO: UMA ANÁLISE DA EFETIVIDADE DA INCLUSÃO NA POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS A CANDIDATOS NEGROS EM CONCURSO PÚBLICO RENATA HELLWIG FERREIRA Referências.....	645 646
O FATOR RISCO NA GOVERNANÇA PÚBLICA E NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CARLA THAMILIS FONSECA CHAVES Referências.....	647 648
OS PROGRAMAS DE INTEGRIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS À LUZ DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA EMILY SOLON MARQUINHO NOBRE Referências.....	649 650
DIREITO SANCIONADOR E A CONVERGÊNCIA DE PRINCÍPIOS JOELMIR VESSOZI CARVALHO..... Referências.....	651 652
A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA LEI N. 14.133/2021 TASSIANE DE FÁTIMA MORAES Referências.....	653 653
A EXISTÊNCIA DE TRATAMENTO PRIVILEGIADO PARA EMPRESAS PÚBLICAS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE <i>COMPLIANCE</i>: NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DA LEI ANTICORRUPÇÃO FABÍOLA C. L. CAMMAROTA DE ABREU Referências.....	655 656
ATUAÇÃO DO GESTOR E FISCAL NAS DIFERENTES FASES DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA APRIMORAMENTO DA GESTÃO CONTRATUAL ILLEANNA CLARA DE MEDEIROS LACERDA, FLÁVIO RODRIGO LEAL TUNICO..... Referências.....	657 658
DELEGAÇÃO DE PODER DE POLÍCIA PARA EMPRESAS ESTATAIS RAMON ARAUJO LOJUDICE Referências.....	659 660
O EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIA DISCRICIONÁRIA PARA ELEIÇÃO DO MODELO DE CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE INOVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ALEXANDRE HENRIQUE MORETTI CAMMAROSANO KOPCZYNSKI..... Referências.....	661 662
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA INICIATIVA PRIVADA (MIP): PERMISSÃO CONSTITUCIONAL E ADEQUAÇÃO À LEI N. 14.133/2021 MARIANA BUENO RESENDE Referências.....	663 664
AS INOVAÇÕES DA LEI N. 14.133/2021 E O CREDENCIAMENTO EM MERCADOS FLUIDOS (<i>E-MARKETPLACE</i>): ANÁLISE DAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS EM UM HOSPITAL DE ENSINO PORTA ABERTA 100% SUS ELIANA VIANA PINTO COELHO, AMANDA FONSECA MEDEIROS Referências.....	665 666

CONTRATO ADMINISTRATIVO: A MUTAÇÃO E O REEQUILÍBRIO DA REFORMA TRIBUTÁRIA (EC 132/23 E PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 68/24) EM BUSCA DE MELHORES PRÁTICAS	
FRANCISCO BERTINO BEZERRA DE CARVALHO	667
Referências	668
A LICITAÇÃO COMO INSTRUMENTO A FAVOR DO DIREITO FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL: BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A DIMENSÃO ÉTICA DE SUSTENTABILIDADE	
ESTER EMANUELE LIMA	669
Referências	670
APLICABILIDADE DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 7º DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: REGULAMENTOS INSTITUCIONAIS?	
ERICA DA SILVA LIMA	671
Referências	671
A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS SOB A ÓTICA DO ARTIGO 117 DA LEI N. 14.133/2021	
FERNANDA MARIA AFONSO CARNEIRO	673
Referências	674
PARTE IV	
PROGRAMA DO 38º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	
SOBRE OS AUTORES	687

SOBRE OS AUTORES

Adriana da Costa Ricardo Schier

Professora de Direito Administrativo do Centro Universitário Autônomo. Doutora e Mestre pela Universidade Federal do Paraná. Presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo.

Alana Vitória Oliveira de Albuquerque

Graduanda em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ.

Alexandre Henrique Moretti Cammarosano Kopczynski

Mestrando em Direito pela PUC-SP. Pesquisador integrante do “Observatório de Desestatização” da PUC-SP vinculado ao grupo de pesquisa “Regulação Administrativa”. Advogado privado.

Alfredo Monteiro Lins de Albuquerque

Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Secretário de Estado. Chefe do Escritório de Representação do Estado do Amazonas em São Paulo. Advogado em São Paulo.

Amanda Fonseca Medeiros

Doutoranda e Mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais. Assessora Técnica do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais.

Ana Maria Barata

Professora aposentada da Universidade Federal do Pará. Mestre em Direito pela UFPA. Consultora Jurídica aposentada da Defensoria Pública do Pará.

Anamaria Pereira Moraes Ventura

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Ceará.

André Saddy

Professor na Universidade Federal Fluminense. Professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Pós-doutor pelo *Centre for Socio-Legal Studies da Faculty of Law* da University of Oxford. Diretor Executivo do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Vice-Presidente do Instituto de Direito Administrativo do Rio de Janeiro. Diretor-Presidente do Centro de Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ).

Anete Marques Penna de Carvalho

Advogada e Procuradora do Estado do Pará. Doutora em Direito pela Universidade de Lisboa (Portugal).

Carla Thamilis Fonseca Chaves

Mestranda em Direito Administrativo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista em Avaliação de Políticas Públicas pelo Instituto Serzedello Correa (ISC/TCU). Analista de Infraestrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Carolina Reis Jatobá

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Consultora Jurídica da Caixa Econômica Federal, atuando em temas estratégicos de contratações públicas. Professora do Centro Universitário de Brasília.

Christianne de Carvalho Stroppa

Professora Doutora e Mestre pela PUC-SP. Especialista em Auditoria e Inovação no Setor Público pela USP/ATRICON. Autora de diversos artigos e palestrante na área da contratação pública.

Daiese Quênia Jaala Santos Bomfim

Chefe da Divisão de Auditoria de Licitações e Contratos na Advocacia-Geral da União. Auditora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Presidente da Comissão de Diversidade Racial do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo.

Daniel Ferreira

Pós-Doutor pelo IGC/FDUC. Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Professor Permanente e Coordenador do PPGD do Centro Universitário Internacional (UNINTER).

Davi Correa Rennó

Bacharel em direito pela FDRP-USP. Advogado especializado em direito administrativo.

Dayana Alves Guimarães

Mestranda em Direito Administrativo pela UFMG. Pós-graduada em Direito Administrativo pela UFMG. Graduada em Direito pela UFMG.

Deiver Neves Ferreira Barbosa

Advogado. Pós-Graduado em Direito Processual pela PUC Minas. Aprovado no Cargo de Procurador da Fazenda Nacional.

Diego Antunes da Costa

Assessor Executivo de Administração Município de Araquari/SC. Advogado.

Domilson Rabelo da Silva Júnior

Mestrando em Direito da Administração e Políticas Públicas – PPGDP-UFG.

Eliana Viana Pinto Coelho

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário UNA. Gerente de Compras do Hospital Risoleta Tolentino Neves.

Emily Solon Marquinho Nobre

Mestranda pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Advogada.

Erica da Silva Lima

Bacharel em Direito pela Faculdade Irecê.

Erickson Raimundo Santos de Moraes

Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense (Volta Redonda-RJ). Advogado.

Ester Emanuele Lima

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil – UNIBRASIL. Mestranda pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil – UNIBRASIL. Advogada e Consultora Técnica na Invest Paraná.

Fábio Lins de Lessa Carvalho

Doutor em Direito Administrativo pela Universidad de Salamanca. Professor de Direito Administrativo da Universidade Federal de Alagoas. Professor de Direito Administrativo do Centro Universitário CESMAC. Procurador do Estado de Alagoas. Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas (IDAA).

Fabiola C. L. Cammarota de Abreu

Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Doutoranda em Direito Administrativo pela PUC-SP. Advogada em São Paulo.

Felipe Klein Gussoli

Doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

Fernanda Cordeiro de Oliveira

Especialista em Gestão Pública pela UFVJM. Mestra em Política e Direitos Humanos pela UFVJM. Doutora em Ciência Política pela UFSCar. Membro da Comissão de Diversidade Racial do IBDA. Consultora *Compliance* de Gênero, Raça e Diversidades na Advocacia Geral da União.

Fernanda Maria Afonso Carneiro

Pós-doutora em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Doutora em Teoria Jurídica e Relações Internacionais pela Universidade de Évora (Portugal), com titulação reconhecida pela Universidade Federal de Pernambuco em Ciências Políticas. Professora do Curso de Pós-Graduação da Universidade Regional do Cariri.

Filipe Venturini Signorelli

Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Doutorando em Direito pela PUC-SP. Diretor Executivo no Instituto Ética Saúde.

Flávia de Souza Lopes

Graduanda em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa-UNIFE.

Flávio Garcia Cabral

Pós-Doutor pela PUCPR. Doutor em Direito Administrativo pela PUC-SP. Procurador da Fazenda Nacional.

Flávio Rodrigo Leal Tunico

Professor MSc da Universidade de Pernambuco – UPE. Servidor do Banco Central do Brasil – BCB.

Florivaldo Dutra de Araújo

Professor de Direito Administrativo na UFMG. Procurador da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Francisco Bertino Bezerra de Carvalho

Pós-doutorando em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela USP. Doutor pela UFBA. Professor Associado da UFBA. Procurador do Município e Advogado.

Geraldo Spagno Guimarães

Presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo. Mestre pela UFMG. Professor da Pós-Graduação da Escola de Contas Prof. Pedro Aleixo, do TCE-MG e na USP-FADEP.

Giulia De Rossi Andrade

Doutoranda e Mestre em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Diretora Acadêmica Adjunta do Instituto Paranaense de Direito Administrativo. Conselheira e Presidente da Comissão de Gestão Pública e Controle da Administração da OAB/PR.

Glauber de Brites Pereira

Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorando em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Guilherme Luizão Marques

Doutorando pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Procurador Municipal de Araquari/SC.

Harley Diniz Sousa de Carvalho

Professor no Centro Universitário Christus/Fortaleza (UNICHRISTUS). Doutor em Direito pela Universidade Federal do Ceará.

Igor Amaral da Costa

Pós-Graduado em Direito Penal Econômico pela PUC Minas. Pós-Graduando em *Compliance* e Direito Penal Econômico pelo IBCCRIM/IDPEE (Coimbra). Advogado da Câmara Municipal de Reduto/MG.

Illeanna Clara de Medeiros Lacerda

Especialista pela Universidade de Pernambuco – UPE. Advogada e Diretora Técnica no Núcleo de Gestão de Projetos Sociais – NGPS/Univasf.

Irene Patrícia Nohara

Professora de Direito Administrativo na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Livre-Docente, Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Professora-Pesquisadora Permanente da Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Jane Ketlem Barboza Ferreira

Procuradora Jurídica Municipal.

Jéssica Garcia da Silva Maciel

Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade Anhanguera de Caxias do Sul. Professora e Advogada junto ao Grupo Cogna. Mestra em Direito pela Universidade de Caxias do Sul. Doutoranda em Direito pela PUCPR.

João Marcelo Rego Magalhães

Professor de pós-graduação e graduação na Universidade de Fortaleza. Procurador do Banco Central do Brasil. Doutor em Direito.

João Pedro Teixeira Transmontano

Especialista em Direito Administrativo pela Escola Paranaense de Direito. Especialista em Licitações e Contratos Administrativos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Advogado na área de Direito Administrativo do Pironti Advogados.

Joelmir Vessozi Carvalho

Bacharel em direito pela Unisociesc – Joinville. Pós-graduado pela Faculdade Focus. Assessor da Procuradoria-Geral de Araquari – SC.

José Antonio Assad e Faria Júnior

Mestrando em Direito pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

José dos Santos Carvalho Filho

Mestre em Direito pela UFRJ. Procurador de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (aposentado). Membro Titular da Academia Brasileira de Letras Jurídicas.

José Henrique Kleina

Especialista em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Advogado.

José Osório do Nascimento Neto

Professor do PPGDP – Mestrado e Doutorado em Direito e Políticas Públicas da UFG. Professor de Direito Administrativo na Estácio Brasil, ESMAFE/PR e ESMEG/GO. Pós-Doutor em Direito Político e Econômico pelo Mackenzie/SP. Doutor e Mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela PUC/PR.

José Sérgio da Silva Cristóvam

Professor de Direito Administrativo na UFSC (Graduação, Mestrado e Doutorado). Mestre e Doutor em Direito pelo PPGD/UFSC. Presidente do IDASC. Conselheiro Federal pela OAB/SC. Advogado em Santa Catarina.

Juscimar Pinto Ribeiro

Ex-Presidente do IDAG – Instituto de Direito Administrativo de Goiás. Especialista em Direito Administrativo e em Direito Constitucional. Conselheiro do IBDA.

Kelly Cristine Canedo Araújo

Bacharelanda em direito pela FDRP-USP.

Ketlyn Gonçalves Fernandes

Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense. Pós-graduanda em Direito Municipal Contemporâneo pela UERJ. Advogada no Escritório Saddy Advogados.

Luasses Gonçalves dos Santos

Doutor e Mestre em Direito do Estado pelo PPGD da Universidade Federal do Paraná. Professor de Direito Administrativo da Universidade Positivo. Membro do Instituto Paranaense de Direito Administrativo. Advogado.

Lucas Bossoni Saikali

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Assessor da Secretaria Municipal de Administração e Tecnologia da Informação de Curitiba. Editor-Adjunto da *International Journal of Digital Law*.

Luciano Elias Reis

Doutor em Direito Administrativo pela Universitat Rovira i Virgili. Doutor e Mestre em Direito Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Coordenador da Especialização em Direito Administrativo da Escola Paranaense de Direito. Presidente do Instituto Nacional da Contratação Pública.

Luzardo Faria

Doutor em Direito do Estado pela USP. Mestre em Direito do Estado pela UFPR. Advogado.

Marcio Augusto Moura de Moraes

Advogado e Presidente do Instituto de Direito Administrativo do Pará. Mestrando em Direito pelo Instituto de Direito Público (IDP).

Márcio Cammarosano

Professor de Direito Administrativo nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da PUC-SP. Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP. Presidente do Instituto CEDDE – Centro de Estudos de Direito e Desenvolvimento do Estado.

Maria Luísa Cammarota de Abreu

Graduanda em Direito pela PUC-SP.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro

Doutora em Direito Administrativo pela USP. Professora Titular aposentada pela Faculdade de Direito da USP. Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Doutora *honoris causa* pela Universidade Federal de Goiás.

Maria Tereza Fonseca Dias

Professora do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UFMG. Mestre e Doutora em Direito Administrativo pela UFMG. Pesquisadora de Produtividade FAPEMIG - CNPq - Brasil (Processo APQ- 06636-24). Advogada.

Maria Theresa Duarte Reis

Mestranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pesquisadora do Núcleo Jurídico de Políticas Públicas (NUJUP). Bolsista da CAPES.

Mariana Bueno Resende

Mestre em Direito e Administração pública pela UFMG. Assessora de Conselheiro no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Professora.

Matheus Alves Moreira da Silva

Mestre em Direito Constitucional Pela Universidade Federal Fluminense. Pós-graduado em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pesquisador no Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direito Administrativo Contemporâneo.

Nathália Suzana Costa Silva Tozetto

Mestre em Direito e Políticas Públicas PPGDP/UFG. Procuradora do município de Goiânia.

Nicholas Andrey Monteiro Watzko

Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Assessor do Gabinete da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná. Editor-Adjunto da *International Journal of Digital Law*.

Odilon dos Santos Silva

Pós-Graduado em Direito Eleitoral e em Licitações e Contratos Administrativos pela Faculdade Baiana de Direito. Membro da Comissão de Estudos sobre Diversidade Racial do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Advogado e Consultor Jurídico.

Pedro Henrique Magalhães Azevedo

Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Mestre em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Professor da PUC-MG, da Escola de Contas do TCEMG e de cursos abertos e *in company*.

Rafael Ramos

Presidente da Comissão de Estudos sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Mestre em Direito pela PUC/RS. Procurador Municipal de Porto Alegre.

Rafael Wallbach Schwind

Doutor e Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Fellow do Chartered Institute of Arbitrators – Ciarb. *Visiting scholar* na Universidade de Nottingham (2016). Advogado.

Ramon Araujo Lojudice

Graduado em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-graduando em Licitações e Contratos no IDP.

Renata Hellwig Ferreira

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas. Pós-Graduada *lato sensu* em Direito do Estado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Advogada Pública Municipal.

Ricardo Agra Villarim

Mestrando em Direito Administrativo pela UFMG. Procurador da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais.

Ricardo Marcondes Martins

Doutor em Direito Administrativo pela PUC-SP. Professor de Direito Administrativo da PUC-SP.

Rodrigo Pironti

Pós-doutor em Direito pela Universidad Complutense de Madrid. Doutor e Mestre em Direito Econômico e Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Conselheiro do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade – CNPD. Sócio Fundador e CEO do Pironti Advogados.

Rogério Gesta Leal

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Professor Titular da UNISC e FMP. Doutor em Direito.

Sálvia Gomes de Almeida

Graduada pela Universidade Estadual de Montes Claros. Mestre em Direito pela Universidade FUMEC. Especialista em Política e Gestão da Saúde da SES/MG.

Sidrack Rack Moraes Alves

Graduando em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador Pibic – UFC/2023-2024 – Administração Pública e Direito Digital. Membro Pesquisador da Red Iberoamericana de Derecho Administrativo.

Tassiane de Fátima Moraes

Mestre pela PUC-SP. Procuradora Legislativa na Câmara Municipal de Laranja Paulista-SP.

Thanderson Pereira de Sousa

Professor no Curso de Direito do UNICESUSC (Graduação e Pós-Graduação). Mestre em Direito pelo PPGD/UFC – Doutor e Pós-Doutorando em Direito pelo PPGD/UFSC. Presidente da Comissão de Governo Digital e IA do IBDA. Advogado em Santa Catarina.

Thiago Marrara

Professor de direito administrativo da USP/FDRP. Livre-docente (USP). Doutor pela Universidade de Munique (LMU). Árbitro, consultor e parecerista nas áreas de direito administrativo, regulatório e das infraestruturas.

Valéria de Souza Rosa

Advogada Especialista em Direito Administrativo pela PUC-SP. Mestra em Direito da Regulação pela FGV/RJ. Membro do Conselho do Instituto Brasileiro de Estudos do Direito da Energia. Membro da Comissão de Estudos de Regulação do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo.

Vanessa de Fátima Terrade

Professora Adjunta de Direito Administrativo na Universidade Federal Fluminense (Volta Redonda-RJ). Doutora em Direito Público pela Universidade Sorbonne Paris Nord.

Vivian Cristina Lima Lopez Valle

Professora Titular de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutora em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, com estágio de pesquisa na Universidade de Coimbra, em Portugal. Pós-Doutora na Universitat Rovira i Virgili, na Espanha.

Vladimir da Rocha França

Advogado. Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor Titular de Direito Administrativo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.